# GEOECONOMICA

# Em busca da integração a prioridade máxima

"A concepção urbanística de Brasília não foi decorrente do planejamento regional, mas deveria ser a causa desse planejamento" — registrou Lúcio Costa na carta-relatório do projeto vitorioso do Plano Piloto de Brasília. Segundo ele, não se podia conceber que um moderno centro urbano viesse a se consolidar, no sentido mais amplo, sem uma dinâmica interação com a periferia que lhe deveria servir de suporte sócio-economico.

— Uma grande "CIVITA" — dizia Lúcio Costa — implantada num espaço econômico e demográfico quase vazio, teria inevitavelmente que desencadear um processo de profundas transformações em sua região de influência.

O urbanista defendia que ao se pretender preservar Brasília para o exercício pleno de sua função básica de capital político-administrativa e cultural, os governantes da cidade teriam, naturalmente, que se preocupar com o desenvolvimento integrado da periferia do Distrito Federal.

Técnicos da Secretaria do Governo do Distrito Federal, contudo, lembram hoje que foi inevitável, mesmo com uma ação sistemática do Poder Público, que o processo de regionalização deflagrado por Brasília seguisse o modelo centro-periferia, num primeiro momento, desarticulando "a frágil malha urbana pré-existente", atraindo e centralizando, simultaneamente, recursos humanos e materiais da própria região e os que para ela poderiam convergir.

## Situação

Com isso, tiveram início tentativas de reversão da tendência concentradora de Brasília, mas assessores do GDF frisam que embora se pretendesse transformar a capital em centro difusor e indutor do desenvolvimento, "pouco mais se fez do que formulações teóricas".

Entretanto, Brasília continua exercendo um poder de atração extremamente forte. Para os técnicos, este fato fundamenta a convicção de não ser possível, "sem um formidável empenho intergovernamental", alterar o quadro regional em que se insere a capital.

Conforme pesquisa procedida pela Universidade de Brasília, a população dos municípios integrantes da rede urbana da região geoeconômica de Brasília, em 1960, era de 1.612.594 habitantes, quando em 1980 esses municípios contam com 4.244.872 habitantes, o que significa que a população da área quase que triplicou em apenas 20 anos, evidenciando o poder de atração migratória de Brasília.

Por outro lado, dados da Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central (Codeplan), indicam que a população do Distrito Federal que em 1960 era de 141.742 habitantes, está em 1980 em torno de 1.198.992 habitantes, quase um mil por cento de aumento em 20 anos, ritmo que coloca o DF, juntamente com São Paulo, como os maiores focos de atração migratória do País.

## Problemas

A composição da estrutura da população do Distrito Federal, para os técnicos do GDF, é um dos aspectos mais importantes no estudo das características demográficas que provocam — e tende a ser mais forte no futuro — maiores pressões na demanda de empregos, privilegiando as faixas etárias mais jovens.

Estimativas feitas pela Codeplan para 1973, assinalam que 63,38 por cento da população do DF tinham menos de 25 anos e que 90 por cento situavam-se aquém dos 45 anos. As mesmas fontes revelam que os percentuais dos grupos etários entre 15 a 54 anos são de 54,41%, situação que agrava o quadro econômico, "já que em virtude do modelo econômico adotado para a capital, não há possibilidade de serem gerados empregos suficientes ao atendimento da demanda", como assinalam assessores da Secretaria de Governo.

Previsões, mesmo as mais pessimistas, estimam que a população do Distrito Federal continuará a crescer a taxas superiores ao incremento vegetativo. É provável, reconhecem os demógrafos, que essa expansão se processe — ainda que não ocorram fenômenos aleatórios no movimento de imigrantes e se tomem medidas mais restritivas quanto ao assentamento humano — em níveis que ultrapassem, nos próximos dez anos, às possibilidades reais de assentamento e às necessidades objetivas do Distrito Federal.

## Fatos

Para a secretaria do Governo do Distrito Federal, seguindo-se os padrões atuais de aumento populacional e, consequentemente, de investimentos, "o Distrito Federal deixa de cumprir uma das finalidades da mudança da Capital, atenuando os desequilíbrios intra e interregionais, concorrendo até para exacerbá-los". Desta forma, a própria funcionalidade da Capital será posta em risco, se ações enérgicas não agilizarem a implementação da estratégia político-administrativa adotada atualmente.

— E necessário um compromisso fortemente responsável com o futuro desta Capital e de sua grande periferia, pois se Brasília tende a ser o espelho do país, o Brasil não escapará também de ser, no âmbito sócio-político, o reflexo de sua Capital.

Até os dias atuais o crescimento demográfico do DF foi superior ao crescimento econômico, pelo menos, "desde quando teve início o processo de desaceleração da construção civil". A natural consequência de tal descompasso foi o aparecimento do desemprego aberto, nos núcleos periféricos, e do desemprego disfarçados, no Plano Piloto.

Nos próximos anos confirmadas as previsões demográficas e mantidas sem alteração considerável a estrutura do seu sistema produtivo, o Distrito Federal terá pela frente um desafio espetacular: gerar empregos a uma taxa superior ou igual à do crescimento demográfico, tendo que expandir excepcionalmente o setor terciário, o que seria impraticável por falta de demanda, e manter um equilíbrio social indispensável ao exercício normal dos Três Poderes da República.

Para o secretário do Governo do Distrito Federal, só existe uma saída que possibilitaria a alteração desse quadro: o desenvolvimento integrado da região geoeconômica do Distrito Federal, composta de mais de 100 municípios, com a implantação de algumas medidas e programas que compõem o esquema político do Governo Aimé Lamaison, atinente a essa problemática.

— Sem essas mudanças fundamentais na ação governamental — diz ele — os problemas de desemprego e a demanda excessiva pelos equipamentos comunitários do Distrito Federal tenderão a um agravamento, aproximando-se do catastrófico.

## Prioridade

O secretário do Governo do Distrito Federal, disse estar convicto de que a política de desenvolvimento regional da área influenciada por Brasília — "de interesse imediato dos Governos da União, do DF e dos Estados de Goiás e Minas Gerais" — impõe-se como prioritária.

Sendo assim, ele salientou que o fortalecimento dos municípios da Região Geoeconômica do Distrito Federal tornou-se um imperativo, "na medida que o aumento do fluxo migratório, resultado da atração exercida por Brasília, vem criando verdadeiro impasse no processo de absorção de mão-de-obra e impondo pesado ônus social ao Distrito Federal".

E na tentativa de minorar os problemas que enfrenta o Distrito Federal no setor de habitação, saúde, educação, transportes urbanos dentre outros, o Governo do Distrito Federal acaba de executar um projeto que se propôs a levantar o potencial existente em diversas localidades que compõem a Região Geoeconômica de Brasília, objetivando melhor articular as ações do setor público.

## Estudo

O levantamento das Potencialidades dos Municípios da Região Geoeconômica de Brasília, elaborado pela Coordenação de Setores Sociais da Diretoria de Planejamento da Codeplan, foi realizado, nessa primeira fase, em 11 municípios da periferia do Distrito Federal: Cristalina, Formosa, Luziânia, Padre Bernardo, Abadiânia, Alexânia, Pirenópolis, Corumbá de Goiás, Cabeceiras, São João d'Aliança (todos em Goiás) e Unaí (MG).

Esse estudo, concluído ano passado, detectou as potencialidades de cada um desses municípios, considerando suas peculiaridades e vocação para o Desenvolvimento Regional. Com o fortalecimento desses municípios, através de investimentos prioritários, espera-se maior apoio ao Distrito Federal, em relação ao seu abastecimento, com menor dependência de seu equipamento urbano, ora superutilizado, em virtude da ausência de serviço social básico nessas localidades.

O diagnóstico apresentado pela Codeplan no tocante à infra-estrutura urbana e social dessas localidades assim como o seu potencial sócio-econômico, custou à Secretaria de Governo do DF cerca de 12 milhões de cruzeiros e a elaboração desse projeto ficou a cargo de uma equipe técnica constituída de economistas, engenheiros, sociólogos, arquitetos, geógrafos, assistentes sociais e acadêmicos.

## O trabalho

O trabalho elaborado por essa equipe consistiu na realização de pesquisas e sistematização de dados abrangendo a situação geral desses municípios. Foi realizado em três grandes etapas: a primeira, "coleta de informações", com a análise de todo o material disponível sobre a cidade e a região, baseada em coleta de dados secundários nos órgãos públicos, agências de informação, instituições particulares detentoras de dados; pesquisa primária junto aos estabelecimentos comerciais, industriais e bancários; entrevistas com líderes e membros destacados da comunidade.

Posteriormente, houve a análise dos dados existentes, compreendendo o confronto entre as diversas fontes, crítica, sistematização e organização do material conseguido.

A terceira etapa compreendeu na produção de um relatório intermediário, discussão da análise parcial de cada setor e redação do Relatório Preliminar — submetido à apreciação dos consultores e da Secretaria do Governo.

Com base nas modificações e sugestões no Relatório Preliminar e nas tentativas qualificadas com membros da comunidade, foi elaborado um diagnóstico global da realidade do município, onde são abordados os principais problemas e entraves ao desenvolvimento local e regional. Em cima desse diagnóstico, são apontados um conjunto de potencialidades, em ordem decrescente de prioridades que poderão ser desenvolvidas a curto, médio e longo prazos, assim como a possibilidade de se criar uma "malha" ao fluxo migratório com destino ao Distrito Federal.

## Metodologia

O trabalho elaborado pela Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central (Codeplan) é um diagnóstico vertical desses 11 municípios, abrangendo todos os seus problemas na área econômica e social, inclusive com estudos das suas infra-estruturas urbana e rural.

A cada um desses municípios foi destinado um volume, em separado, do trabalho que está sendo publicado por etapa.

O "Estudo das Potencialidades dos Municípios da Região Geoeconômica de Brasília", título dado a cada um dos volumes do trabalho, é aberto com o item "Características Gerais", onde é feito um breve histórico da origem e formação da cidade objeto de análise, com o destaque das funções que ela exerce em termos microregionais, regional e estadual, além de destaques para a sua localização, relevo, clima, vegetação e hidrografia.

Logo depois, analisa o trabalho a **Demografia e Mão-de-Obra**, do município, com a evolução da população, estimativas do crescimento demográfico, pirâmide etária, taxa de natalidade, migração, população em idade economicamente ativa, população economicamente ativa (PEA) estimativa de crescimento da PEA. Ressalta também os **Aspectos Setoriais da Economia** de cada localidade nos setores primários, secundário e terciário, além da **Infra-Estrutura Urbana e Rural**, com destaque para Saneamento, Limpeza Urbana, saúde, educação, transportes, comunicações, energia elétrica, habitação e lazer.

Na parte relativa às **Finanças do Município** (renda e Despesa Familiar) aborda o estudo a estrutura da receita, a Receita por fontes, Receita Própria e de Transferências, Receita Per Capita, Alguns Aspectos sobre os Impostos e Taxas e ainda a Estrutura das Despesas, Despesas por Categoria Econômica, Despesas Per Capita, com um quadro da Tendência das Finanças Municipais.

## Potencial

O ponto alto do "Estudo das Potencialidades dos Municípios da Região Geoeconômica de Brasília", para os técnicos da Secretaria do Governo do Distrito Federal, é a última parte que trata do potencial sócio-econômico de cada região da periferia do DF. Aí, se encontra uma análise da vocação da economia local, indicando os principais subsetores com capacidade para geraçao de novos empregos, especialmente aqueles voltados para a absorção de mão-de-obra menos qualificada. E indicado também, dentro de cada subsetor, os projetos que deverão ser objetos de estímulo e incentivo, com a mostra dos principais pontos de estrangulamento a serem superados para que a vocação da economia local possa atingir níveis ótimos.

No que se refere aos setores de atividades primárias, o trabalho detecta as matéria-primas de origem agrícola e mineral que estão sendo exportadas pelo município sem beneficiamento ou sem processamento industrial. Verifica o aproveitamento de outras matéria-primas que apresentam potencialidade no município, procura saber da existência de produtos locais que comportariam sua industrialização no município, se há agroindústrias locais que se abastecem com matéria-prima importada, examinando ainda as diretrizes dos Governos Estadual e Federal para expansão do potencial agrícola e agroindustrial no Município.

Por outro lado, são checados os projetos industriais (de origem local ou externa ao município) que estão sendo apresentados para análise junto a órgãos de financiamento, como também é verificada a capacidade ociosa das indústrias existentes e possibilidades de expansão.

## Importância

Embora os técnicos do GDF acusem esse levantamento como algo da maior importância para se ter um perfil exato da periferia do Distrito Federal, esses dados ainda não foram utilizados na elaboração de nenhum projeto para essa região, dado o fato de o trabalho, em sua totalidade, não ter sido concluído.

Todavia, asseguram os responsáveis pela pesquisa que daqui para a frente esse levantamento deverá nortear todos os investimentos na região geoeconômica do Distrito Federal, estando esse estudo acessível também a outras agências governamentais como a Sudeco, governos estaduais que dele poderão utilizar a qualquer momento.

A estratégia para a solução dos problemas do Distrito Federal, como salientam os coordenadores desse levantamento, condiciona a predominância da função político-administrativa para a Capital. Segundo eles, trata-se de retirar de Brasília o encargo de único pólo urbano da região, atribuindo-se as funções dinamizadoras do desenvolvimento à rede urbana de seu espaço geoeconômico. Assim, a rede urbana regional daria o suporte necessário a ampliação, diversificação ou complementação das funções até então concentradas em Brasília, devido a criação de oportunidades de empregos, melhor distribuição dos serviços e facilidades urbanas, num espaço geoeconômico. A rede urbana assim concebida, para os técnicos da Secretaria de Governo do DF, se constituiria numa alternativa para melhor distribuição e fortalecimento da renda regional.

## Homogeneidade

No Estudo das Potencialidades dos Municípios da Região Geoeconômica de Brasília, pouco se diferem os problemas encontrados em cada um dos 11 municípios atingidos pela pesquisa.

Em termos gerais, são apontados como entraves ao desenvolvimento do município vários problemas cuja solução refletirá, a curto prazo, no quadro sócio-econômico da população local e portanto na elevação do seu nível de renda.

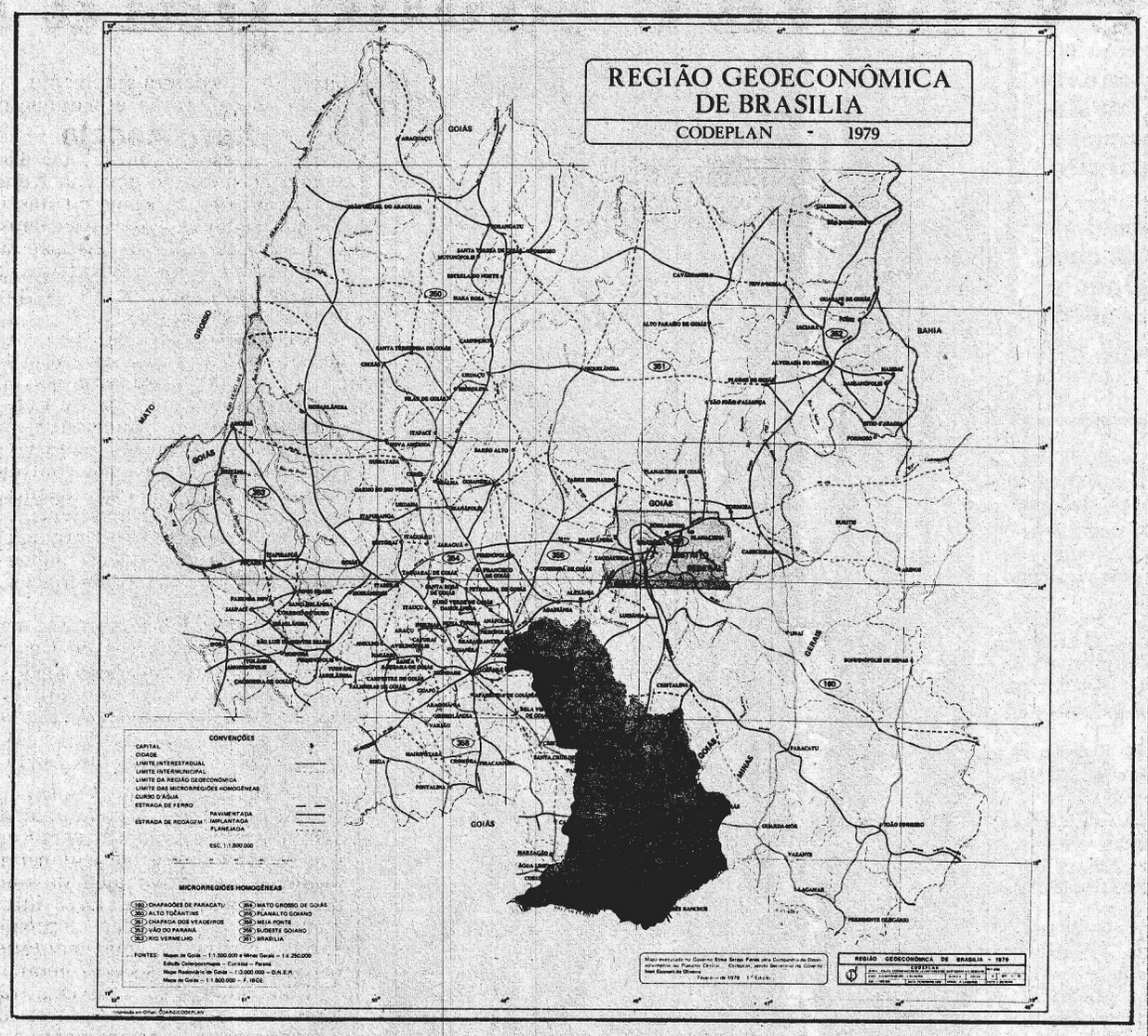
Para o Desenvolvimento Econômico desses municípios, o trabalho aponta a necessidade de alterar o quadro de inadequadas estradas vicinais, recursos financeiros municipais insuficientes e precário sistema de arrecadação de tributos, necessidade de ampliação da rede de eletrificação rural e urbana, insuficiência de recursos materiais e humanos para a implementação dos projetos de desenvolvimento agropecuário, escassez e preços altos dos insumos agrícolas, deficiência no abastecimento de água, dentre outras coisas.

## Social

O desenvolvimento social e fixação do homem nesses municípios, para os responsáveis pela pesquisa, são prejudicados pela falta de oportunidade de emprego; oferta insuficiente de educação elementar na zona rural, pela falta de recursos materiais e professores.

Por outro lado, somam-se a esses problemas a falta de escolas coerentes com a realidade local; insuficiência de médicos e pessoal paramédico; insuficiente qualificação do corpo docente nas escolas de 1º grau, dado a incapacidade de atração e retenção pela baixa remuneração e proximidade do DF. Além disso, são quase inexistentes nesses municípios os programas de imunização e vigilância epidemiológica, educação a nível de 2º grau e pré-escolar, fora outros problemas que dificultam a permanência do cidadão no seu local de origem.

Entretanto, não pode o Governo do Distrito Federal, por preceito constitucional, intervir nesses municípios para a solução desses problemas, como lembram os seus técnicos. Mas trata-se de uma região e municípios cuja economia se deseja fortalecer, "e uma cidade, Brasília, cujas funções e tamanho se deseja preservar".




# *Instrumentos do desenvolvimento*

Um dos instrumentos mais eficientes e utilizados pela gestão do governador Lamaison para promover a integração, o progresso e o desenvolvimento de Brasília e sua região geoeconômica, tem sido o Fundo de Desenvolvimento do Distrito Federal (Fundefe).

Para se ter uma idéia, em 1980 o governo do DF repassou ao Banco Regional de Brasília, que é seu agente financeiro, Cr$447.402 mil para aplicações na região geoeconômica. Isto representa um incremento de 270% em relação a 1979. Deste total, vale frisar, Cr$101.079 mil foram destinados especificamente ao fomento de atividades rurais com financiamentos a agricultura, agropecuária e atividades afins, através do Polobrasília.

Este Programa foi incrementado, ainda, por recursos provenientes de repasses do Banco Central do Brasil num montante de Cr$78.093 mil. A posição das Aplicações do Banco Regional de Brasília em 31 de dezembro de 1980, alcançou o nível de Cr$ 665.169 mil, referente ao FUNDEFE, e as aplicações do Pólobrasília atingiram o número significativo de Cr$ 920.477 mil.

Do total das aplicações de recursos do FUNDEFE, a área rural foi beneficiada com Cr$ 365.519 mil, o setor de desenvolvimento industrial com Cr$ 182.913 mil e coube ao setor de infra-estrutura urbana Cr$ 116.737 mil.

Do mesmo modo, o Governo vem dando ênfase aos programas de compra antecipada da produção agrícola, como estímulo ao produtor e meio de regular os preços nas entressafras, através dos Projetos de Compra Antecipada de Estoque Regulador, desenvolvido com recursos do FUNDEFE.

Além dos acima mencionados, recursos próprios e carreados de outras fontes — BNDE, BNH, CEF, etc. — e, ainda, oriundos de Fundos — FAE, FENAME, FNDU, FUNGETUR — ou transferidos pelo BACEN para programas especiais — PGM — Política de Garantia de Preços Mínimos, PROALCOOL — Programa Nacional do Acool, PRONAZEM — Programa Nacional de Armazenagem, PROPEC — Programa Nacional de Dezenvolvimento da Pecuária, PESAC — Planos Estaduais de Aplicações em Crédito Rural e outros, foram aloçados na Região Geoeconomica de Brasília, através do agente financeiro do Governo. Também, tem-se dado atenção especial ao Programa de Assistência Técnica e Creditícia às Microempresas, células peculiares na atividade econômica do Distrito Federal; em 1980 foram aplicados no Programa Cr$ 35.300 mil, financiando 288 estabelecimentos.

O volume destes investimentos é demonstrado pelo saldo das operações da linha de desenvolvimento do BRB, que, em dezembro de 1980, acusou a expressiva cifra de Cr$13.514.626 mil. Deste montante 23,9% foi aplicado na área de Desenvovimento Industrial, 61,5% em infra-estrutura e outras obras de interesse coletivo, 14,6% no desenvolvimento rural.

Além dos recursos acima referidos, o Governo do Distrito Federal tem investido recursos próprios, através de Empresas das quais é acionista majoritário, visando expandir e aperfeiçoar os serviços oferecidos à comunidade, com a consequente melhoria da qualidade de vida, e elevação do índice de emprego, não apenas no Distrito Federal, como nas áreas vizinhas, consoante filosofia da Administração Federal de desenvolvimento integrado da região periférica da Capital do País.

## Investimentos 1980

- **Total- Cr$ 447.402 mil**
- **Area Rural - Cr$ 365.519 mil**
- **Infra-estrutura - Cr$ 116.737 mil**
- **Aplicações do Polobrasília - Cr$ 665.169 mil**